

A HEGEMONIA POLÍTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Barbara Puccinelli Perrone

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
barbarapperrone@outlook.com

Lauro Luiz Francisco Filho

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
lauroffilho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a sociedade se vê indignada com a situação política nacional. Tal política se mostra cercada de interesses e a maioria dos munícipes se dizem insatisfeitos com seus representantes e gestores. Conclusões empíricas de senso comum consideram os cargos ocupados bem como tomada de decisões em ações municipais por parte do poder público, como planejadas em prol do interesse particular de alguns políticos.

Por isso se faz necessário elaborar pesquisas sobre o processo de gestão política praticada nos municípios, a fim de verificar e comprovar tais impressões, aproveitando ainda para propiciar maneiras de mensurar tais ações através de indicadores que embasem um grau comparativo, o qual poderá classificar municípios e mandatos políticos, bem como gestores e partidos, mensurando algo até então não abordado.

Portanto, o objetivo da pesquisa é verificar a existência de hegemonia partidária ou familiar, que pode ser entendida como a cultura da continuidade da herança política nacional herdada pelo Brasil desde os tempos da colonização.

O ganho com esses resultados será de proporção nacional, ao considerar que na escala dos entes federativos, os municípios são base de toda estrutura política do Brasil.

Entende-se como premissa, segundo Corrêa (1989), que em municípios com número maior de habitantes, existe também maior dificuldade de identificar os cinco agentes sociais que compõem o espaço urbano – proprietários dos meios de produção, proprietários latifundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e o Estado, o que inclui a percepção deste último enquanto agente dominante.

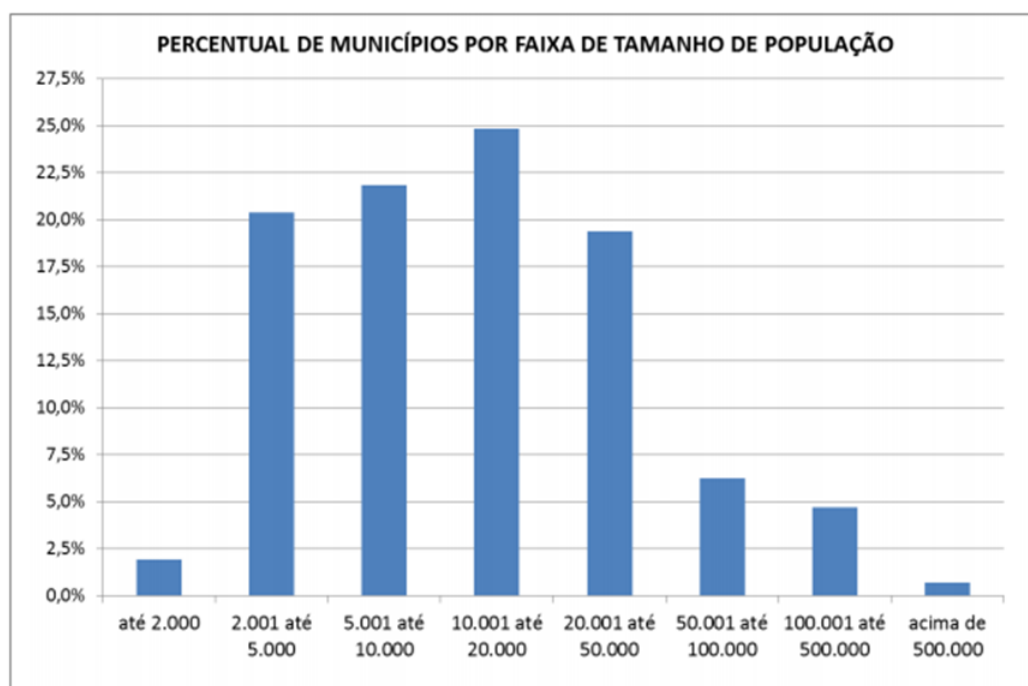
No entanto, em municípios com menor número de habitantes, tais agentes se mostram mais definidos, atuantes e identificáveis na sociedade. Isso também se dá ao fato de que, decorrente do porte desses municípios, ainda não apresentam características totalmente industriais, receberam migração menos expressiva, oferecem maior chance de ainda resguardar

suas tradições familiares e apresentam menor número de representantes políticos, o que, consequentemente, atrai menos partidos, permitindo assim a identificação dos grupos dominantes atuantes na política, bem como a existência de uma hegemonia.

Pensando nessas condicionantes, o universo considerado para realização da presente pesquisa se faz sobre os municípios de até 50.000 habitantes, enquadrados na definição, ainda que continuamente discutida na literatura, como municípios de pequeno porte. A porcentagem de municípios considerados de pequeno porte, no Brasil, gira em torno de 84% (IBGE), perfazendo, portanto, a maioria dentre os 5.570 existentes no Brasil.

Na Região Metropolitana de Campinas - RMC, temos que 30% dos municípios se encaixam na classificação indicada acima. Os outros 70% dos municípios, variam entre 50.001, 100.000 e acima de 1.000.000 de habitantes, sendo o último referente à cidade de Campinas.

Gráfico 1 - % de municípios brasileiros em cada uma das oito faixas populacionais.



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

Considerando, portanto, que um terço dos municípios que compõem a RMC integra a porcentagem nacional de 84% pertencentes à mesma classificação, a pesquisa em questão se volta para a análise à gestão desses municípios.

Conforme mostra a Tabela 1, o grupo de seis cidades da RMC que se encaixam no perfil-recorte pesquisado é: Arthur Nogueira, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Engenheiro Coelho, Morungaba e Holambra.

Tabela 1 – Municípios da RMC analisados

MUNICÍPIO	INDICADOR	1992	1996	2000	2004	2008	2012
ARTUR NOGUEIRA	EVOLUÇÃO POPULACIONAL	19.922	25.966	33.124	40.218	42.567	45.847
PEDREIRA		28.255	31.764	35.219	38.937	40.269	42.516
SANTO ANTONIO DE POSSE		14.505	14.831	18.124	20.113	20.973	21.032
ENGENHEIRO COELHO		6.711	8.161	10.033	11.845	13.914	16.580
MORUNGABA		8.342	9.597	9.911	10.784	12.999	12.050
HOLAMBRA		5.597	6.598	7.211	8.128	9.951	11.917

FONTE: IBGE. Elaborado pela autora.

2 METODOLOGIA

Já com o grupo-recorte e universo definido, procurou-se determinar um recorte temporal a ser trabalhado.

Por isso, retomando a Constituição de 1988, a qual passa a reconhecer de fato o município como ente federativo, além de permitir maior autonomia municipal e reconhecer a ocupação ao cargo de prefeito como resultado de eleições totais, o levantamento dos dados apontados no presente estudo, tem seu início a partir dessa lei. No entanto, foram adotados os últimos anos referentes aos mandatos analisados para a coleta de dados.

Apesar de esse artigo apresentar apenas resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento, a adoção do último ano de cada gestão se faz pertinente para padronizar a coleta de dados, a fim de gerar indicadores mensuráveis e comuns a todos os municípios, que irão traduzir ações e, portanto, impactos de cada gestão.

Portanto, os anos determinados foram os seguintes: 1992; 1996; 2000; 2004; 2008; 2012. Dessa forma, é maximizada a possibilidade de colher dados que estejam retratando, de fato, as ações correspondentes aos respectivos mandatos. Pois, se os dados colhidos fossem obtidos sempre no início de cada gestão (1989, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009) eles iriam corresponder ao mandato anterior, não podendo ser relacionado com o gestor eleito naquele momento. Ainda, sendo os anos de 2016 e 2017 como os de realização da pesquisa, os dados do mandato de 2013-2016 serão descartados por não estarem ainda totalmente contabilizados nas bases de pesquisa adotadas. Contudo, para execução do presente estudo, o qual considera apenas o viés político, as tabelas partidárias e familiares apresentam tais dados.

Vale ressaltar que esta pesquisa não apresenta impressões tendenciosas a partidos ou políticos em nenhuma de suas categorias e divisões. Buscou-se colher, quantificar e analisar os dados de maneira imparcial, como forma de não influenciar na análise dos dados e conclusões do estudo.

Ainda, entende-se que a temática aqui abordada se mostra assunto de interesse comum, interdisciplinar e servindo aos pesquisadores, políticos, civis e planejadores, pois visa

compreender a formação dos municípios como um todo. Aborda, inclusive, a formação antropológica da sociedade.

Sendo assim, foi entendida a necessidade de estudar e compreender a formação e gestão desse grupo de municípios que perfaz quase todo o território nacional.

3 AUTONOMIA MUNICIPAL

Compreender a autonomia municipal pressupõe o estudo do processo de descentralização do exercício do poder estatal, que tem seu marco principal na Constituição de 1988, a qual propôs a reaproximação da política com a vida cotidiana, envolvendo a redistribuição do poder, através de recursos e deveres da União para os Estados e municípios. Tal mudança acarretou no reconhecimento do município como ente federativo.

Com isso, percebeu-se uma possibilidade de conquistar tal autonomia, antes monopolizada por Brasília, resultando assim num *boom* de criação de municípios, sobretudo os de pequeno porte.

...de 1984 a 1987, foram instalados (a instalação corresponde ao início de funcionamento efetivo do município, o que se dá com a eleição do primeiro prefeito. Obviamente, o ato de instalar pressupõe o ato anterior de criar o município) 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste aquelas com maior contribuição absoluta ao processo. Dado que, em 1984, existiam 4.102 municípios no Brasil, conclui-se que, nos 13 anos que vão de 1984 a 1997, o número total de municípios no país aumentou em 34,3%. [...] Deveria ser lembrado, a esta altura, que praticamente não houve criação de municípios nos vinte anos anteriores a 1984 (GOMES; DOWELL, 2000, p.9).

Segundo Miranda (2009), com o objetivo de minimizar as atividades do Estado central, os constituintes de 88 trabalharam a Constituição em dois caminhos: a) atender às demandas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, em um momento de transição política marcada pela abertura democrática e b) comprometer-se com os Estados e Municípios ao garantir aos mesmos a descentralização dos recursos provindos dos tributos, significando um aumento substancial de suas receitas.

Foi assegurada, portanto, através da Constituição, uma partilha de poder no qual o município se insere, resultando então em sua autonomia.

Assim, o município passa a ter potencialmente (e teoricamente) as soluções para as questões locais e aproxima o cidadão da vida política. Porém, ao mesmo tempo em que ele está apto a responder às demandas de sua população, também tende a sofrer as pressões mais

diretamente, de tal forma que a autonomia municipal começa a apresentar um conflito entre as obrigações constitucionais e a real capacidade de sua atuação.

A atuação do governo municipal é o resultado da composição da aliança necessária à instituição desse governo. Portanto, o estudo da autonomia municipal significa a capacidade do município em interferir em seus próprios rumos, como também em favor de quem o faz.

4 A HEGEMONIA DO PODER LOCAL

Considerando as idas e vindas do processo de reconhecimento do município brasileiro enquanto ente federativo, desde o período colonial até a então Constituição de 1988, tem-se um longo período de oscilações de decisões políticas e de autonomia concedida e/ou limitada. Com todo esse processo, pode-se dizer que desde o Brasil Colonial, através da Corte Portuguesa, a qual comandava os portugueses enviados ao hemisfério sul, e estes, por sua vez dominavam os nativos, existiu a predominância de um grupo dominante sobre um grupo dominado. Ou seja, a realidade atual da sociedade brasileira não pode ser considerada novidade, mas sim, a reprodução de modelos seguidos há muito tempo.

Sendo assim, em todos os períodos históricos, existiu uma influência que vinha desde o colonizador, o qual distribuía ordens ao conterrâneo então enraizado na colônia e estes dominavam os demais.

Segundo Silva (2009), na literatura que discorre sobre o tema, é possível encontrar duas grandes linhas de abordagem: a primeira, chamada de Teoria das Elites, e a segunda, com a ideia de Classe Politicamente Dominante.

O que pode ser constatado é que em ambas as vertentes são reconhecidas a existência de dois grandes grupos no cenário político das sociedades, sendo um o dominante e outro o dominado. Ou ainda, conforme explana Gaetano Mosca:

“Em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p. 51).

Ainda segundo Mosca (1966), o grupo que domina, por ser em menor numero, consegue uma organização melhor e por isso controla a outra.

Portanto, ao trazer para a realidade dos municípios aqui estudados, tal pensamento funciona da mesma maneira: cidades menores, menos coligações político-partidárias e, portanto, melhor e mais fácil articulação das existentes. Também contam com apoio tramitado

sob a pressão dos dominados, que exigem compensações como troca de favores com a classe dirigente para que estas se mantenham no poder.

Essa mesma classe dirigente apresenta uma herança moral transformando um grupo ou família em influência direta sobre o território que habita. Ainda, em muitas vezes, essas famílias detentoras de uma moral elevada e dominância de status perante as demais, também é detentora de poder econômico superior, herdado de seus antecessores, criando dessa forma, um ciclo de poder, seja econômico, intelectual ou político.

O espaço para surgimento de outros grupos acaba sendo praticamente inexistente quando não demonstrado contrapartida favorável ao já dominante grupo.

Riqueza, família ou contatos sociais também ajudam em muitas outras ocasiões a conseguir o rótulo de elite em geral, ou da elite governante em particular, para pessoas que de outra maneira não poderiam ter acesso sobre eles (PARETO, 1966, p. 74).

Quanto ao fator “moral”, para Ferreira Filho (2001), a corrupção depende do padrão desse fator, do indivíduo e das coletividades distintas. Assim, pressupõe-se uma correlação entre nível geral de moralidade da população e dos políticos.

A partir daí, pode ser compreendido o porquê de o controle da corrupção não ser efetivo de fato. A questão é que a corrupção, por assim dizer, transcende o limite de aplicar ou não lei específica para inibir, controlar ou evitar que a mesma aconteça.

Portanto, a criação de leis que estreitem ou dificultem a ocorrência desse fenômeno, de nada adiantará se aquele que a propõe não possui consciência moral para aplicá-la, independente de quem sofrerá suas consequências. Isso porque, como já percebido em outros âmbitos, muitas leis são criadas na sociedade brasileira, porém poucas são aplicadas.

Analisando Mosca e Pareto, é provável que exista sim a circulação e alternância dos governantes. Contudo, todos pertencem a uma mesma classe moral, a elite. E, se a elite continua reeleita, os interesses reeleitos também pertencem a este grupo, ou seja, o povo nunca estará representado, resultando cada vez mais na então segregação social, refletida no espaço das cidades.

Segundo Rezende (2011), os municípios de pequeno porte ainda reproduzem características de gestão patrimonialista apesar das inúmeras reformas administrativas ocorridas nos governos estaduais e federal, se fazendo perpetuar o nepotismo, personalismo, clientelismo e troca de favores.

Dias e Santos (2012) também partem da mesma afirmativa dizendo que quanto à administração das pequenas cidades, esta não rompeu com as práticas patrimonialistas e ainda adicionam que a mesma é entendida pelos agentes políticos como uma extensão familiar, como se o bem público pertencesse aos bens familiares particulares.

Para tal, citam Sanches (1995) e Holanda (2004), com suas também afirmações quanto ao homem brasileiro ou “homem cordial”. Nesse sentido, é uma forma de indistinção entre o ambiente público e privado, administrando então a cidade como este administra sua família.

Os concursos arranjos, a doação de material de construção, o aviamento constante de receitas médicas, a doação de combustível para parte da população, o pagamento de viagens a pessoas mais carentes, o emprego fácil e o nepotismo são práticas que não dependem do partido que está no poder, nem da “ideologia” reinante no momento. Depende, sim, de uma prática patrimonialista herdada de um modo, de um estilo, de uma herança ibérica ainda arraigada, em que o controle social sobre o poder público ainda é pífio (DIAS; SANTOS, 2012, p.88).

Dessa forma, considerando tal afirmação, é possível corroborar os dados quanto à continuidade de famílias ou partidos frente ao poder local em municípios de pequeno porte. O simples fato de os nomes das famílias influentes estarem presentes na fala cotidiana dos munícipes, através de referências na denominação das ruas, avenidas principais, parques, bairros, monumentos e da própria cidade, todas elas formam a elite apontada por Mosca e Pareto.

Existe, portanto, a possibilidade de uma única família, grupo ou partido político desempenhar o papel do gestor local de maneira continuada, conforme os estudos recorrentes ao tema. E, obviamente isso impacta de alguma maneira na própria gestão e desenvolvimento do município.

5 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

5.1 Análise Político-Familiar

Ainda que alguns dados constem como não obtidos, é possível, através daqueles que já foram levantados, chegar a um resultado parcial que corrobora com a hipótese discorrida ao longo do texto.

As tabelas e gráficos, resultados das análises municipais, foram condensados de forma a facilitar a leitura e identificar, por parte do leitor, a alternância entre as gestões

municipais e também, em alguns casos, intermunicipais. Ou seja, famílias eleitas em mais de um município.

Na tabela 2, abaixo, é possível encontrar o nome dos prefeitos eleitos nos mandatos que constam a partir do marco aqui adotado, a Constituição de 1988.

Tabela 2 – Prefeitos e Vice-prefeitos Eleitos

MUNICÍPIO	INDICADOR/ANO	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013	2017
ARTUR NOGUEIRA	PREFEITO	Ederaldo Rossetti	Claudio Alves Menezes	Nelson Stein	Luiz Faveri	Marcelo Capelini	Marcelo Capelini	Celso Capato	Ivan Cleber Vicensotti
	VICE-PREFEITO	Ademir Favero	Joaquim Francisco de Santana Filho	Luiz Faveri	Fátima Ap. de Oliveira	Claudinei Fernando de Sá Coelho	Rodolfo Simões Coelho	Jose do Carmo Rissi	Maria Jose Pereira do Amaral Hunglaub
PEDREIRA	PREFEITO	Hygino Amadeu Bellix	Hamilton Bernardes Jr.	Antonio Ganzarolli Filho	Jose Carlos Lena	Hamilton Bernardes Jr.	Hamilton Bernardes Jr.	Carlos Evandro Pollo	Hamilton Bernardes Jr.
	VICE-PREFEITO	Antonio Ganzarolli Filho	Antonio Luis Pedroso	Maria Elisa Vicente Pintor	Sérgio Ferrari Rossi	Antonio Ganzarolli Filho	Antonio Ganzarolli Filho	Andre Roberto Cavicchia	Fabio Vinicius Polidoro
SANTO ANTONIO DE POSSE	PREFEITO	Valdemar Vicençotti	Adalberto Bergo	Assad Naale Baracat	Antonio de Pádua Ferreira e Silva	Norberto de Olivério Jr.	Norberto de Olivério Jr.	Maurício Dimas Comisso	Norberto de Olivério Jr.
	VICE-PREFEITO	DADO NÃO OBTIDO	DADO NÃO OBTIDO	DADO NÃO OBTIDO	Antonio Natal Recco	Antonio Natal Recco	Antonio Natal Recco	Gildo Gardinali	Dinora Santos da Cunha
ENGENHEIRO COELHO*	PREFEITO	NÃO CONSTA	Mariano A. Franco de Oliveira	José Otavio Scholl	José Otavio Scholl	Mariano A. Franco de Oliveira	Rosimeire M. Guidotti Scholl	Pedro Franco	Pedro Franco
	VICE-PREFEITO	NÃO CONSTA	Jose Otavio Scholl	José Henrique Fagundes de Gouvea	José Henrique Fagundes de Gouvea	José F. Ribeiro Mendes	Jose Henrique Fagundes de Gouvea	José Fernandes da Cruz	Francisco Simão Ribeiro Mendes
MORUNGABA	PREFEITO	Moacyr Tobias	Maria Cecília Pretti Rossi	Lucio Roque Flaibam	Maria Cecília Pretti Rossi	Luvaldo Andre Flaibam	Jose Roberto Zen	Jose Roberto Zen	Marco A. de Oliveira
	VICE-PREFEITO	Osvaldo Moraes	Onofre da Costa	Angelina Frare Tobias	Onofre da Costa	Jose Roberto Zen	Marco A. de Oliveira	Claudia Pretti Rossi Pinto	Luis Fernando Miguel
HOLAMBRA*	PREFEITO	NÃO CONSTA	Celso Capato	Antonio Marino Brandão de Almeida	Celso Capato	Celso Capato	Margareth Rose de Oliveira Groot	Fernando Fiori de Godoy	Fernando Fiori de Godoy
	VICE-PREFEITO	NÃO CONSTA	Petrus Bartholomeus Veel	Antonio de Souza	Jose Benedito de Souza	Jose Benedito de Souza	Edison Itamar Picão	Naiara Regitano Hendrikx	Fernando Capato

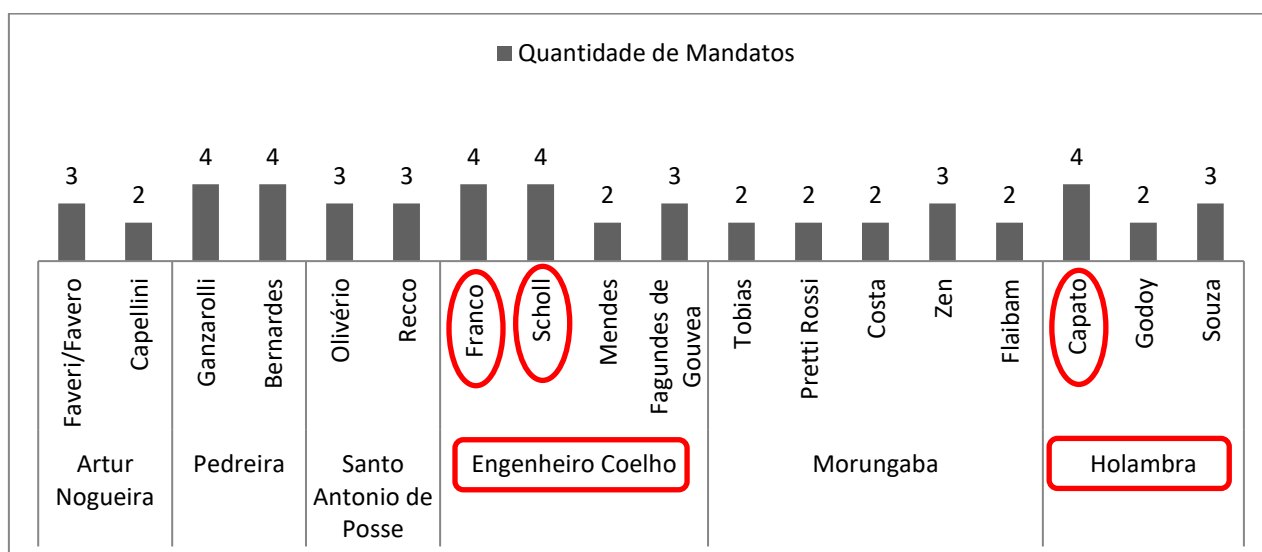
FONTE: TRE/SEADE/TSE. Elaborado pela autora.

Através da tabela acima, é possível verificar que em todos os seis municípios analisados existem pelo menos dois grupos familiares que se repetem. Já em Morungaba, encontra-se o número mais elevado verificado, cinco grupos. Algumas famílias são reeleitas apenas uma vez, já outras, aparecem quatro vezes, ou seja, em metade dos mandatos analisados.

Os campos “NÃO CONSTA”, verificados na tabela, são consequência do ano em que foram emancipados os municípios de Engenheiro Coelho e Holambra. Por conta de terem sua emancipação ocorrida no ano de 1991, três anos após a Constituição de 1988, suas primeiras eleições reconhecidas já com a nova determinação da lei, datam de 1992, ou seja, os mandatos passam a correr de 1993 em diante.

Já os campos com “DADO NÃO OBTIDO”, são dados que, conforme já mencionado, seguem em levantamento. Portanto, os dados que seguem abaixo, no gráfico 2, deverão sofrer alterações futuras quando os dados não obtidos forem incorporados na tabela.

Gráfico 2 – Famílias X Mandatos



FONTE: TRE/SEADE/TSE. Elaborado pela autora.

No gráfico 2, foram contabilizadas apenas as famílias reeleitas, sendo descartadas as demais.

Ainda que o número máximo reconhecido de uma mesma família a frente do poder local tenha sido quatro, e considerando as particularidades apontadas acima quanto ao ano de emancipação tanto de Engenheiro Coelho quanto de Holambra, ao transformar esse número em porcentagem, as famílias *Franco*, *Scholl* e *Capato*, ocuparam em 56% do período analisado, os principais cargos políticos dos respectivos municípios.

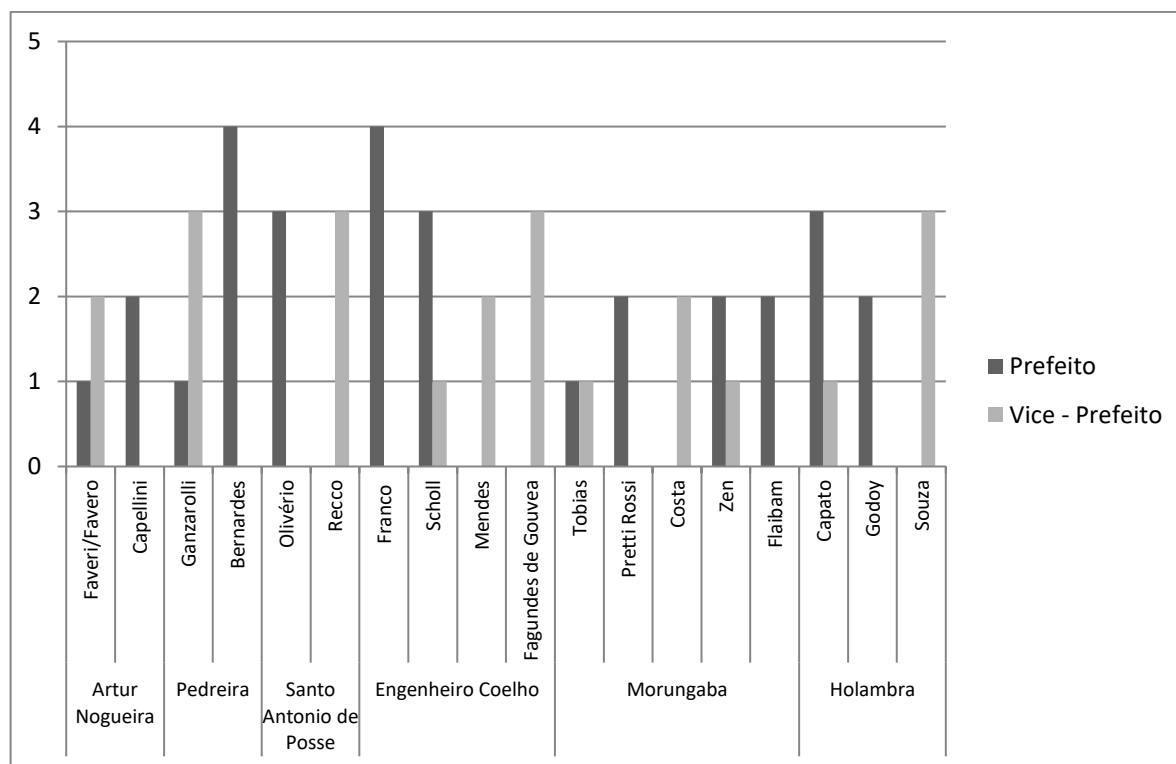
Já em Pedreira, outra cidade onde o número quatro aparece, considera-se que as famílias *Ganzarolli* e *Bernardes* ocuparam em 50% das vezes o cargo de gestor local.

Considerando o total de 32 anos de gestão pública, divididos em oito mandatos, os resultados implicam dizer que algumas famílias estiveram a frente dos municípios em 16 anos.

Outro dado importante de ser verificado é novamente quanto à família *Capato*. No gráfico 2 ela soma quatro mandatos no município de Holambra. Contudo, ao relacionarmos esses dados com a tabela 2, é possível verificar que em Artur Nogueira, ela também se fez presente. Porém, como não houve reeleição, esse dado não contabilizou no gráfico elaborado. Ainda, além de ser a mesma família, o candidato eleito era o mesmo. E, quando não, tratou-se de o Fernando Capato ser filho do Celso Capato.

Morungaba aparece como o município em que mais houve alternância de grupos frente ao poder público. Abaixo, no gráfico 3, é possível verificar como esses cargos foram ocupados.

Gráfico 3 – Famílias X Cargos Ocupados



FONTE: TRE/SEADE/TSE. Elaborado pela autora

Através do gráfico, é possível verificar que algumas famílias ocuparam ou apenas o cargo de prefeito ou apenas cargo de vice. Porém, atuando em conjunto, ambos repetiram a dupla candidatura em outras vezes. No entanto, outras famílias ocuparam ambos os cargos em determinados momentos. O fato de ocupar ora um ora outro cargo pode significar também a existência de uma hegemonia partilhada.

Dos seis municípios, apenas Artur Nogueira não apresentou tais características. No entanto, no município de Pedreira, a família *Bernardes*, eleita quatro vezes para o cargo de prefeito, teve a família *Ganzarolli* durante dois mandatos como sua vice.

Já em Santo Antônio de Posse, ambas as famílias *Olivério* e *Recco* foram as únicas reeleitas dentre as demais. No entanto, nas três vezes de ocupação dos cargos, a família *Olivério* foi eleita para o cargo de prefeito e a *Recco* como sua vice.

Em Engenheiro Coelho, nas três vezes em que a família *Scholl* ocupou o cargo de prefeito, a família *Fagundes Gouvêa* foi eleita como vice. Ainda, no mesmo município, a família *Franco* esteve à frente da Prefeitura quatro vezes e, em duas dessas vezes, teve a família *Mendes* como sua vice.

Em Morungaba, a família *Pretti Rossi* esteve no poder durante três vezes. E, em duas dessas vezes teve a família *Costa* atuando em conjunto.

Por fim, em Holambra, a família mais vezes eleita – *Capato*, atuou três vezes com a família *Souza*, estando esta sempre na posição de vice-prefeito.

Ou seja, o cenário formado reafirma a colocação de Mosca (1966), conforme já apontado no texto. Essa alternância familiar caracteriza-se também como alternância de determinados grupos, ou seja, famílias que se assemelham quanto à moralidade, poder econômico e, portanto, interesses. Assim, coligações político-partidárias começam a apresentar outro contexto, ou seja, outras considerações para serem firmadas além das ideológicas, se é que estas ainda aparecem.

5.2 Análise Político-Partidária

Consideradas as colocações realizadas anteriormente, se faz necessário analisar por meio de qual partido essas famílias dominantes foram eleitas. Assim, pode-se especular sobre qual ideologia essa gestão municipal esta sendo regida. Ou ainda, se essa ideologia, de fato, esta sendo considerada. Pois, conforme Dias e Santos (2012), o que está sendo visto nas gestões municipais é apenas o exercício do nepotismo, patrimonialismo e clientelismo, o que acaba por independer do partido eleito, bem como de sua ideologia.

Na tabela 3, estão dispostos os partidos eleitos nos oito mandatos que estão sendo analisados. No entanto, esses dados são referentes apenas aos partidos dos prefeitos. A coluna referente aos partidos dos vice-prefeitos segue em construção e, por isso, mesmo tendo sido levantados os dados das últimas quatro gestões, estes não foram considerados para a análise aqui apontada.

Tabela 3 – Partidos X Cargos Ocupados

MUNICÍPIO	1989		1993		1997		2001		2005		2009		2013		2017	
	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE	PREFEITO	VICE
ARTUR NOGUEIRA	PL		PMDB		PSDB		PTB		PT		PT		PSD		PSDB	
PEDREIRA	PDC		PMDB		PMDB		PFL		PSB		PSB		PT		PSB	
SANTO ANTONIO DE POSSE	PMDB		PTB		PPB		PMDB		PPS		PPS		PRB		PSD	
ENGENHEIRO COELHO	NÃO CONSTA		PMDB		PMDB		PSDB		PMDB		PSDB		PMDB		PMDB	
MORUNGABA	PFL		PTB		PSD		PP		PTB		PV		PV		PSD	
HOLAMBRA	NÃO CONSTA		PSD		PSDB		PFL		PFL		PPS		PTB		PTB	

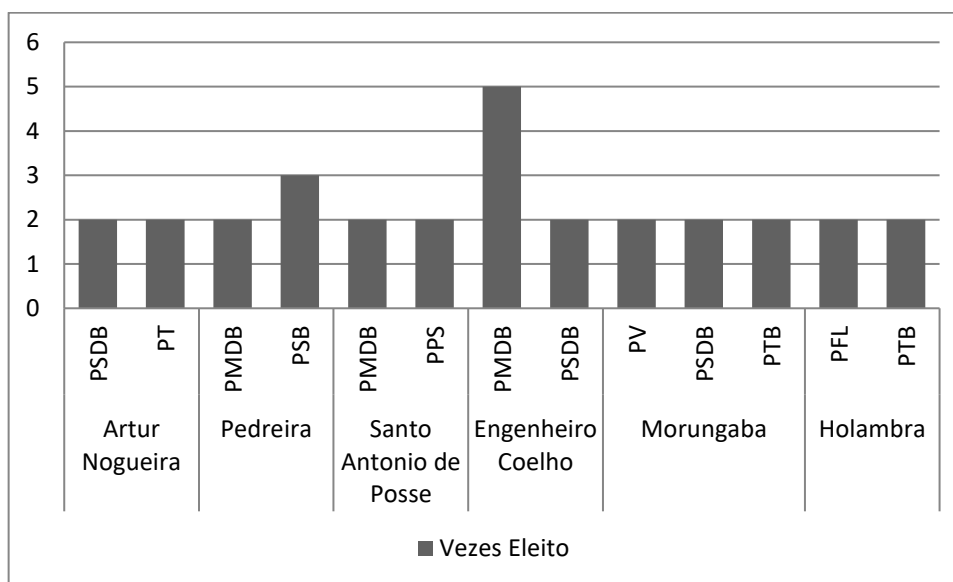
FONTE: TSE/DivulgaCand. Elaborado pela autora.

Mais uma vez, os campos descritos como “NÃO CONSTA”, verificados na tabela, são decorrentes do ano em que foram emancipados os municípios de Engenheiro Coelho e Holambra, que se fez posterior às eleições de 1988.

Pelas cores utilizadas, é possível identificar os partidos eleitos e em quais momentos se repetem, seja na gestão de um município ou relacionado aos demais. Ainda, o gráfico 4

retrata melhor a situação verificada, considerando apenas os partidos reeleitos, sendo descartados os demais.

Gráfico 4 – Partidos X Mandatos



FONTE: TSE/DivulgaCand. Elaborado pela autora.

Verifica-se, portanto que a média de partidos reeleitos, diferente do gráfico das famílias, o qual demonstrou maior oscilação, ficou em duas vezes. Contudo, foi atingido um novo número: o PMDB esteve à frente do governo local, no município de Engenheiro Coelho, durante cinco vezes, ou seja, em mais de 70% das gestões desde a Constituição de 1988.

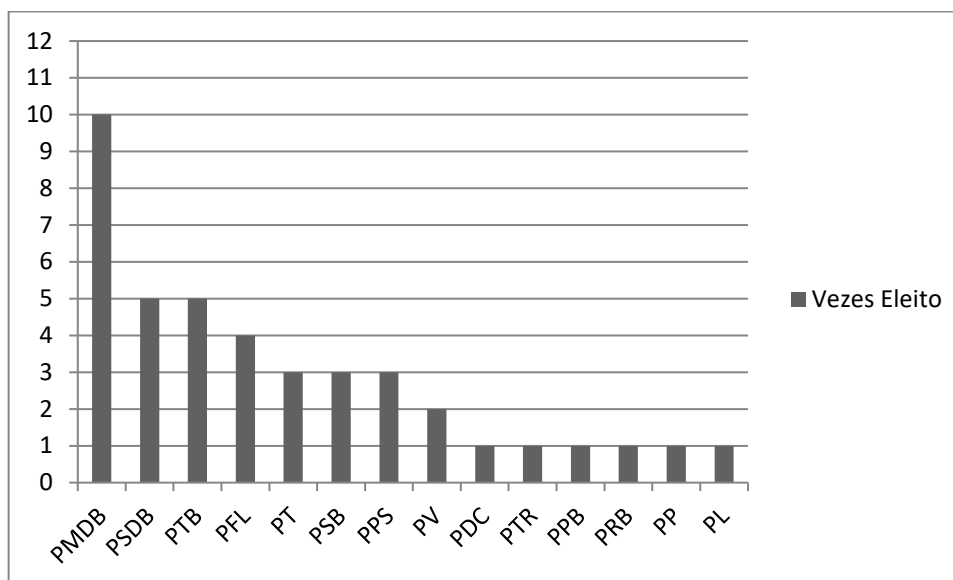
Ao comparar a tabela 2 com a tabela 3, o confronto entre famílias e partidos torna evidente a hipótese da perda de ideologia partidária, pois assim como será demonstrado, a quantidade de vezes que uma mesma família foi reeleita, não implica necessariamente que esta tenha permanecido representando o mesmo partido.

Em Santo Antonio de Posse, nos mandatos de 2005, 2009 a família *Olivério* foi eleita pelo partido PPS. Já em 2017, o mesmo gestor foi eleito pelo partido PSD. Já em Engenheiro Coelho, a família *Scholl* foi eleita para os mandatos de 1997, 2001 e 2009. Porém, na primeira eleição representava o PMDB e nas duas seguintes, o PSDB. Por último, em Holambra, a família *Capato* se elegeu primeiramente pelo partido PSD, alternando depois para o PFL. No entanto, analisando o quadro geral, quando o gestor Celso Capato foi eleito novamente em 2013, já no município de Artur Nogueira, o mesmo havia retornado ao PSD.

Observa-se, portanto, que muitas famílias, atreladas a figura do gestor, acabam se reelegendo, mas nem sempre se mantém num mesmo partido. Isso gera um questionamento direto do porquê desse fato se mostrar tão recorrente. Ainda, corrobora para mais uma vez,

serem colocados à prova os apontamentos quanto aos favorecimentos particulares e o interesse em manter os mesmos grupos no poder, independentemente do grupo ideológico aos quais pertencem. Um último gráfico indica quais os partidos e quantas vezes estes foram eleitos no contexto geral de todos os municípios analisados.

Gráfico 5 – Partidos X Grupo-recorte



FONTE: TSE/DivulgaCand. Elaborado pela autora

Através do gráfico 5, é possível verificar quais partidos estiveram e estão a frente da representação política. Independente do grupo ou família que ocupa a figura do gestor, os partidos seguem nessa alternância. O PMDB foi representado durante dez vezes em todo esse período, sendo que cinco delas constam no município de Engenheiro Coelho. Isso indica a forte presença do partido na região.

Já os partidos eleitos uma única vez, correspondem aos também grupos familiares eleitos na mesma quantidade de vezes.

Ou seja, gestores trocam de partido e continuam sendo eleitos. Isso representa que o gestor é reeleito pelo grupo familiar ao qual pertence ou então, que troca de partido para se reeleger.

6 CONCLUSÃO

A partir de toda análise apontada, é possível confirmar a hipótese da existência da hegemonia familiar em todos os municípios analisados. Porém, em alguns municípios, essa hegemonia se mostrou mais acentuada e, portanto, de fácil verificação.

Quanto à hegemonia partidária, ela também existe, porém em casos singulares, como no município de Engenheiro Coelho. Nos demais núcleos verificados, ela se mantém mais distribuída.

Quando comparados os dados, político-familiar X político-partidário foi verificado que o tempo de permanência de uma mesma família a frente da prefeitura dos municípios é maior que o tempo mantido por um mesmo partido. Sendo assim, as famílias se reelegem, mas os partidos os quais elas representam, alternam-se. Ou seja, não existe fidelidade partidária, apenas familiar.

Verificadas tais hipóteses, a próxima etapa será analisar quais impactos essas hegemonias familiares causaram e causam nos municípios.

Assim, através de um confronto entre os dados políticos verificados e indicadores municipais, será determinada uma classificação das gestões continuadas. Dessa forma, será possível analisar se as hegemonias constatadas refletem em benefícios ou malefícios na estruturação dos municípios.

Esses indicadores municipais, por terem função de comparação entre as gestões locais e intermunicipais, correspondem a dados comuns e mensuráveis a todos os municípios. São eles: educação, saúde, demografia, economia e uso do solo.

Entende-se que dessa maneira será possível partir para uma análise mais completa quando da governança das terras. Isso porque serão representados mais de 80% dos municípios brasileiros, onde aqui, correspondem a uma pequena amostra desse universo.

Por consequência, esse grupo pode responder às questões sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico não somente de seus territórios, mas quando somados, representarão as expressões das regiões metropolitanas as quais pertencem, Estados e consequentemente, todo território nacional.

6 REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

DA SILVA, Márcia. Estado e poder local: ensaio teórico sobre estudos no Brasil. **Biblio3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, v. 14, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-841.htm>. Acesso em: 21 de março de 2017.

DIAS, Patrícia; SANTOS, Janio. Cidades Médias e Pequenas: Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos. **Série estudos e pesquisas**, v. 94, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Corrupção e democracia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 226, p. 213-218, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/47241/44651>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Mac; CRISTINA, Maria. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Texto para Discussão. IPEA**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2339/1/TD_706.pdf. Acesso em: 09 de janeiro de 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed., 19ª impressão, 2004, 220 p.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comunicação Social. **Estatísticas do século XX**, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>. Acesso em 27 março, 2017.

MIRANDA, Elflay. Descentralização, Federalismo e Pacto Federativo: Notas Sobre o Caso Brasileiro. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/1109/872> Acessado em: 15 de janeiro de 2017.

MOSCA, G. A classe dirigente. In: **Sociologia Política, (org. Amaury de Souza)**, Rio: Zahar, 1966.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In: **Sociologia política, (org. Amaury de Souza)**, Rio: Zahar, 1966.

REZENDE, João Batista et al. **Administração pública em municípios de pequeno porte do Sul de Minas Gerais: velhas questões, modernas leis e práticas patrimonialistas**. 2011.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. **A questão da democracia em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. 2010. Disponível em: www.researchgate.net/publication/237604194_A_QUESTAO_DA_DEMOCRACIA_EM_RAIZES_DO_BRASIL_DE_SERGIO_BUARQUE_DE_HOLANDA. Acesso em: 06 de fevereiro de 2017.